

## A HORA DA VERDADE

# Cid relata empresários defendendo trama golpista a Bolsonaro

Encontro com ex-presidente ocorreu em novembro de 2022, segundo PF: citados negam pressão sobre ex-presidente

PAOLA SERRA, SARAH TEÓFILO,  
PATRICK CAMPOS REZ  
e MARIANA MUNIZ  
publicam reportagem em  
coluna

Um áudio obtido pela Polícia Federal no celular do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, indica que empresários se reuniram com o então chefe do Executivo em novembro de 2022 para defender uma "posição mais radical" em relação ao resultado das eleições. Na ocasião, o ex-presidente já havia iniciado uma disputa contra Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a PF, o áudio de Cid, enviado ao então comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, cita a "visita dos empresários Luciano Hang (Havan), Meyer Nigri (Tecnisa), Afrânio Barreira (Coco Bambu) e, possivelmente, Sebastião Bomfim (Centaurus)". Na mensagem, ainda de acordo com a PF, Cid afirma que "os empresários tentaram pressionar Jair Bolsonaro para que o Ministério da Defesa fizesse um relatório

mais duro, contundente, com o objetivo de 'virar o jogo', possivelmente se referindo ao resultado das eleições presidenciais". O encontro, segundo a investigação, ocorreu em 7 de novembro de 2022, dia anterior ao Jogo de Cid.

Nigri afirmou, por meio de nota, que "nunca tentou pressionar quem quer que seja, muito menos o ex-presidente para 'virar o jogo'" e que reconheceu a vitória de Lula "logo depois dos resultados das eleições". Já os advogados de Hang, por sua vez, ressaltaram que a investigação tramita em sigilo e que ele desconhece o conteúdo da mensagem. Em nota, acrescentaram que o empresário "jamais sugeriu ou pediu a quem quer que fosse a adoção de medida destinada a atentar contra o ordenamento jurídico e as instituições democráticas".

Barreira afirmou que estava em Londres na data da suposta reunião e enviou uma foto que comprova a viagem. Em nota, negou ainda "envolvimento em qualquer ato político, público ou pri-



Hang, empresário citado na PF.

## EMPRESÁRIOS CITADOS PELA PF

**Luciano Hang**  
É um dos fundadores da rede Havan. Foi indicado no relatório final da CPI da Covid. Junto com a Havan, foi condenado a pagar mais de R\$ 85 milhões por intimidar funcionários a votarem em Bolsonaro. Negou participação em ações antidemocráticas.

**Meyer Nigri**  
Engenheiro e investidor, foi conselheiro informal de Bolsonaro na Presidência. É fundador da Tecnisa, que atua no mercado imobiliário, e dono de uma confraria de vinhos. Negou ações antidemocráticas.

"Na conversa que ele (Bolsonaro) teve depois com os empresários, ele estava, estava o Hang, estava aquele cara da Centaurus,



Nigri. De afirma que nunca tentou pressionar por golpe

**Afrânio Barreira**  
É empresário do ramo gastronômico desde 1985. A frente do grupo Coco Bambu, faturou mais de R\$ 1 bilhão em 2021. Afirma que estava em Londres na data da suposta reunião e nega ações golpistas.

**Sebastião Bomfim**  
É dono da rede Centaurus e um dos bilionários brasileiros. Segundo a Forbes, tem uma fortuna de R\$ 2,3 bi. Supostamente teria participado da reunião. Ele não se manifestou.

né? Pessoal ficou um pouco de moral baixo porque os empresários estavam querendo pressionar o presidente a pressionar o MD (Ministério da Defesa) a fazer um relatório contundente, duro né? Pra virar jogo, aqueles negócios", diz Cid no áudio, enviado no dia 8 de novembro, segundo o relatório da PF.

A investigação aponta que o relatório produzido pela Defesa era um dos elementos para sustentar uma trama golpista com o intuito de tentar reverter o resultado das eleições.

"Novamente, evidenciase a tentativa de utilização do relatório de fiscalização que seria produzido pelo Ministério da Defesa para atender os interesses ilícitos dos investigados", afirma a PF no relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

## Jair Renan é indiciado por lavagem de dinheiro no DF

Polícia também viu crimes de falsidade ideológica e de uso de documento falso por episódio envolvendo empresa do filho do ex-presidente

PAOLA SERRA  
publica reportagem em  
coluna

A Polícia Civil do Distrito Federal indiciou Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente, por lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e uso de documento falso. Jair Renan era investigado pelo uso de relações de faturamento com informações fraudulentas sobre sua empresa para obter um empréstimo bancário que acabou não sendo pago.

O alvo da suspeita é uma declaração de faturamento de R\$ 4,6 milhões da Bolsonaro Jr. Eventos e Mídia. A

defesa do filho do ex-presidente afirmou que não vai comentar o caso porque ele está sob sigilo.

A investigação apurava ainda a participação de Márcio Carvalho, ex-assessor de Jair Renan, no caso. Ele também foi indiciado. Os advogados de Carvalho informaram que ele já foi isentado de acusações semelhantes e que, como "é um desdobramento daquele episódio", ele "será absolvido novamente".

Em nota, a Polícia Civil do Distrito Federal confirmou a conclusão do inquérito e os indiciamentos e disse

que "o relatório final de investigação foi encaminhado ao Poder Judiciário em 8 de fevereiro de 2024".

O portal g1 reproduziu trechos do relatório que indicou Jair Renan. Segundo os agentes, ele teve "atuação direta" na fraude. Em depoimento, o filho do ex-presidente alegou que não reconhecia suas assinaturas nos documentos, mas a perícia indicou que em pelo menos um deles a rubrica era autêntica.

"TESTA DE FERRO"  
A empresa de Jair Renan tinha como principal ramo de atuação fornecer "serviços



Jair Renan, filho do ex-presidente, indiciado por crimes envolvendo empresa

de organização de feiras, congressos, exposições e festas". Hoje, ela consta como encerrada no cadastro

da Receita Federal.

A mudança de propriedade da companhia, feita por meio de doação, é um dos fa-

tos investigados pela Polícia Civil em relação ao filho do ex-presidente. Em agosto do ano passado, quando cumpriu mandados de busca e apreensão contra Jair Renan, a Polícia Civil afirmou que "a investigação apontou para a existência de uma associação criminosa cuja estratégia para obter indevida vantagem econômica passa pela inserção de um terceiro, 'testa de ferro' ou 'laranja', para se ocultar o verdadeiro proprietário das empresas de fachada ou empresas 'fantasmas' utilizadas pelo alvo principal e seus comparsas".

O relatório de conclusão da investigação foi enviado ao Ministério Público distrital, que decidirá agora se pede mais diligências, oferece denúncia ou pede o arquivamento do caso.

## PF conclui que filho de Moraes foi alvo de agressão em Roma

Não foi pedido indiciamento pelo crime ser de menor potencial ofensivo

MARIANA MUNIZ  
publica reportagem em  
coluna

A Polícia Federal concluiu a investigação sobre confusão envolvendo o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no aeroporto de Roma, na Itália, em julho de 2023, e apontou que o filho do magistrado, Alexandre Barci de Moraes, foi alvo de agressão. O relatório da PF foi encaminhado

à Corte no último dia 9. Segundo a PF, os "elementos informativos obtidos ates-

ta, de modo suficiente", que Alexandre Barci de Moraes foi alvo do crime de "injúria real" cometido pelo empresário Roberto Mantovani Filho. Segundo o delegado Hitali Sakaki, não se trata de caso de indiciamento do empresário por se tratar de um crime de menor potencial ofensivo. O caso tramita no próprio STF, sob a

relatoria do ministro Dias Toffi, a quem caberá analisar as conclusões policiais.

No relatório, a PF afirma que embora as filmagens do aeroporto mostrem que houve uma discussão entre os envolvidos e que a "interação te-ve início a partir da manifestação de Alexandre Munari", esses elementos, "diante da falta de registros sonoros, e da impossibilidade de realizar leitura labial, são insuficientes



Confusão: Família paulista ter a agredido Moraes no aeroporto de Roma

para atestar a materialidade do crime por parte dela e de Alex Zanatta Bignotto.

A investigação trata do episódio em que uma família paulista brigou com o ministro na porta de uma sala VIP do aeroporto de Roma e apura os cri-

mes de lesão corporal, injúria e abolição violenta do estado de direito.

Os brasileiros identificados pela PF são o casal Roberto Mantovani Filho e Andreia Munari; o genro de Alex Zanatta Bignotto; e

o filho, Giovanni Mantovani. Todos negam os crimes. Segundo o colunista do GLOBO Lauro Jardim, as imagens do aeroporto de Roma mostram que Roberto Mantovani Filho deu um tapa em Alexandre Barci de Moraes.

Em depoimento à PF, Moraes disse ter sido xingado de "bandido, comunista e comprado" por uma mulher identificada como Andreia Munari.

Em decisão tomada em outubro de 2023, Toffi autorizou que peritos dos envolvidos na confusão tivessem acesso à íntegra das imagens do aeroporto. Toffi também concedeu a Moraes e a seus filhos e esposa o direito de estarem como assistentes de acusação.